

TERROR E ESQUECIMENTO: A LITERATURA COMO SALVAÇÃO DA FIGURA DO PAI¹

Janine Altounian*

RESUMO

A partir do registro do diário de um sobrevivente de genocídio, a autora trabalha a transmissão de traços de terror a seus descendentes. Mostra como, para preservar a sobrevivência, o trauma transmitido inconscientemente acaba por provocar no filho um *evitamento*, caracterizado por um rompimento dos vínculos que tecem os afetos e que mais tarde se repetirá na história geracional pelo sintoma de um aparente *esquecimento*, uma “memória branca”. Mostra, ainda, como no *après-coup* a literatura pode restituir a trama afetiva e textual rompida.

Palavras-chave: Trauma. Terror. Genocídio. Esquecimento. Literatura.

¹ Trabalho originalmente publicado em: André, J. (2004). *L'oubli du père*. Paris: PUF.

* Ensaísta, tradutora. Co-tradutora de Freud (desde 1970), da equipe editorial das obras completas de Freud na PUF. Nascida em Paris de pais armênios que escaparam do genocídio de 1915, trabalha sobre a “tradução” no psiquismo de um trauma coletivo nos descendentes dos sobreviventes. Publicou: *Ouvrez-moi seulement les chemins d'Arménie, un génocide aux déserts de l'inconscient*, 1990, 2003, Les Belles Lettres/Confluents psychanalytiques; *La survivance, traduire le trauma collectif*, 2000, 2003, Dunod/Inconscient et Culture; *L'écriture de Freud/Traversée traumatique et traduction*, 2003, Paris: PUF/ Bibliothèque de Psychanalyse; *L'intraduisible, deuil, mémoire, transmission*, 2005, Dunod/Psychisme.

Como se se tratasse de preparar as imagens de um filme dos tempos arcaicos, minha intervenção intitulada “Terror e esquecimento” será introduzida pelos créditos de apresentação, por alguns instantes, através de uma voz em *off*, proveniente de áreas desconhecidas. Eis, em sua tradução, algumas passagens, infelizmente truncadas:

Partimos de Bursa num carro puxado por um boi e chegamos a Alayout... Levamos dez dias. Ali montamos nossa barraca.... Meu pai disse: “Não é bom permanecer inativo, é preciso fazer um trabalho”... Permanecemos três meses nessa cidade. Então quiseram nos deportar.... O trem não podia ir mais longe, até Bozanti. Queriam nos fatigar. Tratava-se de uma mentira. No momento em que eles transportavam nossas bagagens em charretes, roubaram os 50 *okhas* de *soudjouk*.... Aquelas coisas desapareceram assim... a deportação recomeçou; não havia nada nesse lugar, meu pai compreendeu que eles iriam nos deixar sem bagagem. Ali vende-

mos a máquina de costura Singer a um policial pela soma de cinco libras. Alugamos três camelos até um lugar chamado Islahié, cada camelo por uma libra.... Quando chegamos a Antarin, fomos torturados por um lado pela fome, e por outro, pelas imundícies. Os cachorros rasgavam os mortos, ninguém os enterrava. Todo o redor cheirava mal.... Em Hamam constatamos que as pessoas comiam gafanhotos. Agonizantes, mortos, por todo lado.... Meu pai estava muito doente... logo não haveria mais gafanhotos, porque todo mundo os comera. E a deportação não acabava.... Minha mãe disse: “Nosso doente está gravemente enfermo e partirá na próxima vez”.... “Você ousa falar?”, disse um policial e bateu na cabeça de meu pai. Minha mãe suplicou... que se batesse nela e se deixasse meu pai. Nisso, o policial bateu na minha mãe.... Mas para quê? O que se torna um homem gravemente doente em quem se bate? Seis dias mais tarde, dia da morte de meu pai, eles novamente deportaram.... Eles batiam na nossa mãe. Nós dois, meu irmão e eu, chorávamos. Nada podíamos fazer, pois eles eram como uma matilha de cães.... Minha mãe: “Nós partiremos quando enterrarmos o morto”. Eles replicaram: “Não, vocês farão como os outros”. Os outros... abandonavam os mortos e à noite os chacais os devoravam. Percebi que não dava e que era preciso fazer alguma coisa. Peguei um frasco de 75 dirrãs..., e o enchi de óleo de rosa e fui ver

o chefe dos policiais da deportação.... Eu lhe entreguei o vidro que ele aceitou. Permanecemos ainda um dia. Cavamos uma fossa e pagamos 5 piastras ao padre. Assim, enterramos meu pai.... Quinze dias depois, a deportação recomeçou.... Eles queimavam tudo.... Eu me escondi, pois soube que mais longe eles matavam as pessoas... nós tínhamos muita fome e sede.... Não tínhamos dinheiro, por isso começamos a comer ervas... a gente viu que ia morrer. Dávamos dois passos apenas e caíamos no chão. Minha mãe refletiu: “Morrer, morrerei eu, mas, vocês, não é necessário!”. Foi assim que ela deu nós dois aos árabes (Altounian, J., 2003)².

É, então, após os créditos de apresentação de um tal filme de terror, que começa, para alguns, o filme da sobrevivência; e, para aqueles que o herdaram, o dos esquecimentos necessários ao prosseguimento da vida, isto é, à gênese de uma escrita. De fato, notamos como o relato deste jovem narrador, apenas alfabetizado e ignorando todos os efeitos de estilo dos contistas, soube, no entanto, “escamotear” toda alusão ao que se viveu durante seis dias da agonia paterna para recobrir essa seqüência, digamos, “esquecida”, com a banalidade de uma interrogação, evitando toda subjetividade. “O que se torna um homem gravemente doente

² *Journal* de Vahram Altounian: “Tout ce que j’ai enduré des années 1915 à 1919”, intitulado “Terrorisme d’un génocide” (tradução, notas e posfácio de Krikor Beledian, escritor de língua armênia, mestre de conferências no Instituto de línguas e civilizações orientais, professor na faculdade de teologia de Lyon) quando de sua primeira publicação em fevereiro de 1982 em *Temps Modernes*, retomado em J. Altounian, “Ouvrez-moi seulement les chemins d’Arménie”, comentado vinte e três anos depois pela autora em “L’intraduisible, deuil, mémoire, transmission”.

te em quem se bate ?” e, em seguida, admitir deixar à morte um pai, pela simples colocação de data: “Seis dias mais tarde, o dia da morte do meu pai, eles novamente deportaram”.

No decorrer do presente trabalho, que se apóia, não sem receio, sobre um material autobiográfico, gostaria de mostrar o destino de tal procedimento de evitamento na transmissão aos inconscientes que o herdaram, e contraem a dívida de uma certa escrita.

Após ter conseguido sob terror ganhar um dia para “cavar uma fossa” e requerer um “padre” encarregado de dizer algumas palavras neste enterro, entendemos como o autor deste resumo selvagem, retomando de algum modo, por sua conta, o ritual de sepultamento obtido por um triz, colocou na mortalha e inscreveu pela primeira vez nas dobras de seu texto um branco que procura evitar a violência do sofrimento e o inaudito do crime.

A escrita desempenha um papel de um rito de sepultamento, escreve Michel de Certeau, ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função *simbolizadora*...: “marcar” um passado é dar um lugar ao morto... e, por conseqüência, utilizar a possibilidade de narrativa que enterra os mortos como um meio de fixar um lugar para os vivos (Certeau, 1975, p. 118).

A lacuna presente na cadeia verbal do adolescente escritor sucede, assim, as formas rituais que presidiram sem

dúvida o enterro do morto e libera seu lugar a uma nova fase de deportação para aqueles que, momentaneamente, ainda permanecem vivos: “O dia da morte de meu pai, eles deportaram novamente”.

Os traços de terror no qual os despojos de um pai que por muito pouco quase teria sido entregue aos chacais dos desertos anatolianos vão se transmitir, me parece, nessa estratégia inconsciente que, para preservar a sobrevivência, ordena expressamente ao filho romper os laços da trama textual e portanto afetiva – ou, inversamente, os vínculos que tecem os afetos e portanto o texto; estratégia que mais tarde se repetirá na história geracional pelo sintoma de um aparente “esquecimento”, duma espécie de memória “branca”. Trata-se sem dúvida dos traços deste terror gerado no *a posteriori* e transmitido aos descendentes pela lembrança inconsciente de uma catástrofe, que, certamente, “falhou”, mas que foi massivamente produzida por tantos outros dessa história e por muitos outros de nossa história contemporânea, quando os cadáveres dos ancestrais assassinados eram e são abandonados ao pesadelo irrepresentável do nada.

Tomando, agora, um pouco ao reverso o fenômeno do esquecimento, habitualmente considerado um ato “falho”, questionarei este esquecimento do terror e suas modalidades de transmissão como um ato, ao contrário, “exitoso”, mas exitoso por um fio e habitado pela iminência do colapso e da impotência. Aliás, não

designo uma tal estratégia “esquecimento” em lugar de “recalcamento” para cultivar o paradoxo e me alinhar ao tema dessa jornada. Na série das “operações falhas”, Freud reaproxima, entre outras coisas, o fato de esquecer (*das Vergessen*) ao de perder (*das Verlegen*) (Freud, 1915-1916/2000), isto é, arrumar um objeto no lugar do qual a lembrança nos escapa. A reflexão de uma jovem ruandesa remete não ao “recalcamento” de um território dado por outro do inconsciente, mas sim a esta “utopia” do terror do qual o sujeito se ausenta para sobreviver (Winnicott, 1975)³:

“Quando penso no genocídio”, diz ela, “eu reflito para saber onde acomodá-lo na existência, mas não acho nenhum lugar”. E além disso, ela avalia em tempo de vida o ganho trazido pela ignorância daquilo que não acha lugar algum na psique: “Se nós prestamos atenção... no medo do genocídio, nós perdemos... o que conseguimos salvar da vida” (Hatzfeld, 2000)⁴.

Se aquilo que no “esquecimento” fracassa, aqui, é o mesmo que consegue por um triz arrumar um espaço-tempo de sobrevivida, então uma outra interface do acontecimento salvador me surgiu após meu obstáculo inicial: por que tinha eu que falar numa jornada sobre “esquecimento do pai”, pois todo meu trabalho de escrita

estava subentendido pela intenção, inicialmente inconsciente, de acolher seu *Diário de deportação* deslocando sua recepção insustentável para aquela de outros testemunhos traumáticos em busca de destinatários e seus criadores na literatura? De fato, sentia-me menos imobilizada pela figura do pai enquanto objeto “esquecido”, do que pela figura do filho que era depositário e transmissor do esquecimento, tornado sujeito “esquecido” na sua própria paternidade para não contaminar o que ele transmitia de vida a seus filhos. Eu estava então completamente implicada neste impacto de terror primordial, transmitido como tal, “desafetado”, pois era sem dúvida ele que se manifestava na minha compulsão a “recolher” o que estava a ponto de não ser recolhido. Além disso, meu interesse pela literatura “como salvação da figura do pai” incidia essencialmente no trabalho psíquico operando nos escritores que buscavam restaurar vínculos da memória e da relação com os outros; vínculos que estavam rompidos no sobrevivente, o terror da origem gerando neles uma angústia de vínculo. Para sobreviver, é necessário sem dúvida operar um entalhe na memória mas também na relação com o outro, notadamente na relação com o próprio filho. Dito de outro modo, pai para não esquecer e pai “esquecido” seriam um só.

³ Ver o comentário esclarecedor de Jacques André em “Entre angoisse et détresse”, publicado em *États de détresse* (Paris, PUF, 1999), notadamente a temática da inscrição psíquica de um “branco” cuja transmissão traumática é o tema central do presente trabalho.

⁴ Sylvie Umubyeyu, 34 anos, citada por Hatzfeld, pp. 226-227.

No exemplo do material estudado a angústia *a posteriori* de ter cometido a falta de abandonar o corpo paterno aos carniceiros, angústia que freqüenta o aparente esquecimento do filho, se repete na verdade de uma forma inversa neste filho, no evitamento, no contorno do lugar psíquico onde toda vinculação (Bion, 1982) susceptível de acarretar o risco de despertar o vívido aterrorizante torna-se intolerável. O terror traumático, não experimentado pelo sujeito expulsado quando da efração, atravessa, então, gerações de descendentes cavando uma distância, uma inibição do contato que constituiria uma palavra dirigida aos objetos amados. Este impedimento de um real investimento, sintoma da falta de ser “para” si e “para” o outro, este vínculo impotente a se envolver com a criança, permanece como traço memorial de um luto impossível. O terror e a vontade de esquecimento do terror engendram, na parte sobrevivente da vida psíquica descrita por Ferenczi (1932/1985)⁵, uma zona intocável e muda que a criança, na sua piedade filial, respeita espontaneamente, a fim de assumir sua pertinência e acolher fielmente a mensagem implícita. Pode até mesmo se tornar escritor para levá-lo a se explicitar, fazendo, assim, literatura, lugar de sepultura do pai, uma terra onde se inscreve e se libera sua própria herança de filho ou de filha.

Por “esquecimento do pai” é preciso então entender, numa acepção inversa

do real tornado fundador, que um filho, a quem será transmitida essa paternidade de terror, permanece sob domínio de um impedimento de dialogar com todo objeto de amor assim tornado virtual. Interiorizando a desumanidade de uma falta da qual ele teria podido se tornar culpado, ele só pode “evitar” se dirigir a seu filho. É deste desespero em toda palavra que provém, me parece, os pretensos mutismos daqueles que sobrevivem à travessia do horror. É verdade que eles podem falar, contar, mas não falar *a* quem ocupa um lugar do outro, porque sabem que nenhum outro esteve lá no momento em que lhes foi necessário, para sobreviver, esquecer “quase” os seres queridos, expostos ao poder total da matança. Ressentindo cruelmente a ausência de uma palavra que não pôde ser emitida, alguns escritores oferecem, então, pela literatura e a contrapelo das gerações, a palavra faltante numa relação em suspenso, uma palavra, em suma, que dê existência a si dando existência ao outro e que caracteriza de modo eloqüente a fórmula de Michel de Certeau num “horizonte de reencontro entre a psicanálise e a mística”: “Se você me fala, eu nasço”; ou ainda: “Se você me fala, eu existo” (Certeau, 1987, pp. 184; 187).

Não retomarei aqui, por já tê-lo feito em *La survivance* (Altounian, J., 2000), os numerosos exemplos dessa postura de engendramento simbólico do pai e

⁵ “Uma parte de nossa pessoa pode ‘morrer’”, escreve ele, “e, se o resto sobreviver ao trauma, despertamos com uma lacuna na memória, uma lacuna na personalidade propriamente dita...” (30 de julho de 1932).

de si pela escrita. Talvez seja suficiente para mim lembrar a declaração de um escritor aqui presente:

Eu quis... não somente dar mitologicamente nascimento a meu pai fazendo-o sair de meu cérebro e de minha voz mental, mas me dar uma voz de escritor às suas expensas.... Fazendo isso, eu me engendrava, pelo menos virtualmente, como escritor.... (Pachet, 1994a, p. 82).

Este engendramento passa pela restituição de uma palavra àqueles em que ela foi abortada: “A palavra de meu pai morto pedia para falar por mim, como ela jamais falara.... Ela me negava, pedia minha ajuda para se consagrar a ela mesma...” (Pachet, 1994b, p. 7). O que não adveio aos sobreviventes induz, para retomar os termos de René Kaës, “à necessidade de transferir-transmitir a um outro aparelho psíquico o que não pôde ser mantido e albergado no próprio sujeito” (Kaës, 1993, p. 8). Este albergamento dará lugar à escrita do que será, assim, arrancado ao esquecimento. Escutemos Camus:

Seu pai, emigrante... como todos aqueles que... viveram nessa terra sem deixar traços... silenciosos..., até que a guerra o mate e o enterre, para sempre desconhecido dos seus e de seu filho, entregue... ao imenso esquecimento.... Havia um mistério neste homem.... Mas no fim havia apenas o mistério da pobreza que torna os seres sem nome e sem passado, que os faz

entrar na imensa mistura desordenada dos mortos sem nome... na terra do esquecimento (Camus, 1994, pp. 178-180).

A metabolização do material psíquico em sofrimento que o escritor depositário procura trabalhar transforma-o então em acontecimento subjetivado ocorrido em algum lugar e com alguém, o qual ele reabilita, reencarna, de cuja existência se reapropria antes de poder eventualmente esquecê-lo. Pode-se, com efeito, pensar que apenas o que foi “localizado” em algum lugar no mundo dos vivos pode ser recalcado. Se a localização é impossível, o distanciamento tampouco é possível, diante do que vive o herdeiro não por proximidade mas por contaminação e intrusão no sentido winnicotiano (Winnicott, 1969). Em referência à “possibilidade de narrativa que enterra os mortos como um meio de fixar um lugar aos vivos” (Certeau, 1975, p. 118), pode-se dizer que a ausência de localização psíquica do reencontro com o terror significa igualmente uma ausência de delimitação entre os mortos e os vivos. É o que exprime claramente um outro testemunho de um sobrevivente ruandês: “No sobrevivente... alguma coisa de misterioso é bloqueado no mais profundo de seu ser durante o genocídio.... Ele tende a não mais se acreditar realmente vivo” (Hatzfeld, 2000)⁶.

A lembrança traumática repetida sem cessar ou trancada no silêncio dos

⁶ Innocent Rwiliza, 38 anos, citado por Jean Hatzfeld, pp. 107-113.

pais ao ego desaparecido na tormenta parece, com efeito, emanar de um outro lugar alucinado que lembra estranhamente, aos ouvidos dos “vivos ingenuamente normais”, o discurso das “possuídas”, “conforme esse discurso se diz *falado por um outro...*” “Há”, observa o pesquisador que coloca em evidência *L’absent de l’histoire* (Certeau, 1973), “indeterminação do lugar de onde falam e que se dá sempre como um ‘outro lugar’ que fala em mim”. “Aqui, o continente é conteúdo, e o locutor desconhecido: temos nos textos da possessão a marca desse desaparecimento do sujeito” (Certeau, 1975, pp. 251; 271). Haveria, então, uma certa analogia entre a visão da literatura como lugar de “salvação da figura paterna” e a visão histórica, pois esta, “pela sua *possibilidade de narrativa...*, fornece à morte uma representação que, instalando a lacuna na linguagem, fora da existência, tem valor de exorcismo contra a angústia” (Certeau, 1975, p. 120). Salvo, todavia, que o escritor herdeiro opera essa instalação na linguagem a partir de uma identidade clivada: o historiador “faz falar o corpo que se cala” (Certeau, 1975, p. 9), já o herdeiro dispõe de suas próprias identificações dolorosas no “corpo que se cala” e ele se inclina, coloca em perspectiva o discurso do saber histórico, talvez para atenuar o desconforto de sua clivagem interna. “Quando”, escreve Camus, junto ao túmulo de seu pai, “sente o tempo se deslocar — esta nova ordem do tempo é a do livro” (Camus, 1994, p. 317). A

escrita nasce deste “deslocamento”, ela opera trabalhando as palavras.

Minha última parte será anedótica e contará, à guisa de ilustração, o encaminhamento que me tornou possível uma certa “localização” do que se ouviu nos créditos de apresentação.

Notemos que, de início, se a sepultura desse avô permanecia para mim não “localizável”, por outro lado seu sepultamento “por um triz” oferecia a ele uma “borda”, um envelope que vinha dobrar e sustentar o processo verbal de seu filho, cuja existência só me foi aliás lembrada após a sua morte, em 1970, “de passagem” — no qual encontramos, ainda uma vez, operando o evitamento de um acontecimento bem trazido ao mundo à beira do século XX e pressagiando aqueles que virão lhe suceder. Este primeiro envelope clamou sem dúvida em mim aqueles que, como veremos, o reduplicaram com o revestimento de uma tradução, com a publicação numa revista, depois a inserção no conjunto de uma obra (Altounian, V., 2003) no seio de numerosas leituras/comentários de outras transmissões traumáticas, enfim, pelo presente trabalho.

Para dizer a verdade foi a violência de um ato terrorista no campo político parisiense — a tomada de prisioneiros no consulado da Turquia em setembro de 1981 — que, colocando em movimento o que chamamos de “terrorismo publicitário”, rompeu pela primeira vez um silêncio

de cerca de meio século⁷ sobre o genocídio armênio de 1915, que para mim inaugurou, por seus efeitos *a posteriori*, o investimento dessa configuração particular de escrita diferenciada de uma geração, onde o sobrevivente de uma catástrofe coletiva, proibido de futuro, só pôde

todavia advir, escrever-se e testemunhar o aborto de seu destino singular sob a coberta e por intermédio de uma escrita transferida a seu descendente.

Aqueles que acabam por sobreviver a tais traumas que despojam os seres de toda identidade singular estão notada-

⁷ A partir do Tratado de Lausanne (1923), que confirma o desaparecimento de sanções contra os perpetradores do genocídio armênio de 1915, e o desaparecimento da Armênia — entretanto reconhecido e delimitado três anos antes pelo Tratado de Sèvres (1920) —, até por volta de 1975, ano da comemoração do sexagésimo aniversário do genocídio e da aparição da obra de Jean-Marie Carzou, *Arménie 1915. Un génocide exemplaire*, Paris, Flammarion, 1975.

Esse genocídio perpetrado pelo governo Jovens Turcos continua ignorado pela Turquia, que contudo se beneficia no Conselho das Nações, preocupadas com a manutenção de suas influências no Oriente Próximo, do crédito acordado com os Estados ditos “democráticos”, logo, da garantia que acompanha implicitamente essa negação.

O projeto de lei do Parlamento francês de 29 de maio de 1998, que afirma: “A França reconhece publicamente o genocídio armênio de 1915”, só foi definitivamente adotado após dois anos e meio, em 18 de janeiro de 2001! Com efeito, o Senado francês parecia encontrar obstáculos insuperáveis para colocar na ordem do dia este projeto de lei que, após oitenta anos e com danos para as “Relações Exteriores”, proporcionava aos armênios a ocasião de ver seu país de acolhimento tomar oficialmente posição quanto às circunstâncias que ali os conduziram. Se era necessário chegar a uma lei para proclamar uma verdade que os constituía, também era mentira que até então fora norma; entretanto, só podemos nos alegrar dos efeitos inesperados, tragicômicos, desta miraculosa declaração: este voto tinha, pelas reações violentas que suscitou na Turquia, o duplo mérito de legalizar o autor não designado deste genocídio e de criar assim um embaraço diplomático, revelando as bases que negavam a *Realpolitik* ocidental. É inútil acrescentar que as mesmas peripécias agitam o Parlamento europeu, que, tendo reconhecido este genocídio desde janeiro de 1987 e colocado como condição da adesão da Turquia à União Européia o reconhecimento deste genocídio, votou, em outubro de 2001, um relatório não contendo e portando apagando esta cláusula para, em fevereiro de 2002, restabelecê-la novamente. A última conferência de Copenhague, de dezembro de 2002, não faz mais nenhuma menção a ela! Essas diferentes orientações foram recentemente expressadas pelas reações ao projeto de lei de 12 de outubro de 2006 visando sancionar a negação do genocídio armênio e do assassinato em 19 de janeiro de 2007 em Istambul de Hrant Dink, jornalista armênio, defensor dos direitos do homem e contra a censura da evocação do genocídio de 1915.

Cf. Altonian, J., 2000, pp. 2-3.

Entre as inúmeras obras sobre o genocídio dos armênios do Império otomano, podem-se reportar aos mais recentes: Yves Trenon, *Les Arméniens, histoire d'un génocide*, Paris, Le Seuil, “Points Historiques”, 1996; Leslie A. Davis, *La Province de la mort*, Archives américaines concernant le génocide des arméniens (1915), Bruxelles, Complexe, 1994; Vahakn Dadian, *Histoire du génocide arménien*, Paris, Stock, 1996; *Revue d'histoire de la Shoah*, n° 177-178, 2003 (dossiê coordenado por G. Bensussan, C. Mouradieux, Y. Ternon); *Ailleurs, hier, autrement: connaissance et reconnaissance du génocide des Arméniens*. Raymon Kévorkian, *Le génocide des Arméniens*. Paris: Odile Jacob/Histoire, 2006.

Nota da Tradutora: Agradeço à colega Cristina Kurkdjian pela colaboração e esclarecimentos prestados.

mente restringidos a se proteger mais ou menos no continente que lhes oferece o silêncio de seus mortos. Seus descendentes, em contrapartida, vêem-se necessariamente coagidos ao destino de dever ser seu porta-voz, o tradutor, em suma, destas “vibrações” ancestrais como nos lembra Michelet: “As almas de nossos pais vibram ainda em nós pelas dores esquecidas, um pouco como o ferido sofre da mão que ele não tem mais” (Michelet, 1998). Um tal tipo de escrita por delegação, onde se trata de oferecer às “almas” do passado, aos sujeitos na falta deles mesmos, com que abrigar suas “dores” para não “esquecer”, constitui evidentemente uma transgressão.

Protegida pela atualidade do escândalo público, numa terrível angústia, eu tomei completamente sozinha a decisão de uma dupla transgressão ao publicar este *Diário* de deportação do pai, inicialmente em 1982 em *Le Temps Modernes*, depois em 1990 numa coletânea (Altounian, V., 2003), publicação que, enquanto mortalha sepultando este corpo heterogêneo em sofrimento, designava-o, assim, como cerne e referência de seu entorno textual constituído por alguns artigos sobre a transmissão traumática. Para uma garota, ainda mais criada sob o peso das tradições orientais, este ato representava uma transgressão ao respeito filial exigido aos corpos dos ancestrais assassinados no silêncio do mundo, mas também uma transgressão com relação à ordem pública do país de acolhimento, pois ele declarava uma total aprovação a

um ato terrorista, que, parecia-me, teria secretamente alegrado o pai se ele ainda estivesse vivo. A inversão que operava no título a dar a esta publicação: “Terrorismo de um genocídio”, religava a violência de meu ato àquela que o havia induzido e eu escrevia:

O Diário que meu pai redigiu provavelmente pouco depois de sua chegada à França em 1921 relata acontecimentos que ele viveu de seu décimo quarto a seu vigésimo ano. Eu conhecia a existência deste documento sem jamais ter querido vê-lo. Era impossível recebê-lo, eu não ousava me aproximar, como se esta bomba tivesse podido explodir entre minhas mãos. É somente oito anos após a sua morte, em 1978, que me senti em condição de afrontá-lo e o fiz traduzir.... Eu reencontro nessas páginas uma parte dos relatos que povoaram minha infância e a de todos os armênios de minha idade.... Pela memória deste avô enterrado não sei onde, pela memória de todos os armênios dos quais este ensaio reporta o calvário e o fim, com uma sobriedade perturbadora, para honrar o espírito de luta e de resistência que o adolescente de Bursa precisou descobrir nas suas profundezas, a fim de manter, nos piores momentos, a vida e seu sentido, acreditei ser meu dever tornar público este Diário “íntimo”. Meu pai, que aliás nunca teve uma simpatia particular pela literatura, reprovando sua impotência, sua ambigüidade diante da falsidade dos poderosos, sem dúvida quis, pelo ato da escrita, estancar, manter a distância, exorcizar o terror penoso. Fixando no papel a incandescência da memória, ele tentou tornar temporal o tempo de uma geração....

Eu só pude afrontar a vergonha de dever assumir esta publicação após a efração violenta, espetacular, do silêncio da opinião pública sobre o genocídio dos armênios... com o primeiro ato “terrorista”.... Sem a determinação desesperada que armênios vivos ousavam escandalosamente proclamar, eu teria sentido minha *démarche* como uma profanação dos mortos. Que é uma palavra que só pode se inaugurar por uma violência? Se um campo simbólico só se abre por um “terrorismo”.... (Altounian, J., 2003, pp. 81; 83).

Pouco a pouco tomei então consciência do que, sem dúvida, determinava minhas próprias tentativas de escrita: como este *Diário* traumático e no entanto fundador constituía um *corpus* intocável expondo o corpo encerrado de um pai-adolescente, era-me forçosamente necessário deslocar e mediatizar a leitura. Instituí-a, a minha revelia, em paradigma de recepção de outras figuras parentais não advindas à sua própria palavra ou minadas pela destruição de sua língua. Trata-se, na ordem de sua aparição, das leituras de Michael Arlen, Martin Melkonian, Anne Ernaux, Eva Thomas, Nigoghos Sarafian, Jean Améry, Albert Camus, Pierre Pachet, Peter Handke⁸.

Certamente o pano de fundo histórico de meu caso pessoal só está sendo considerado na qualidade de exemplo de situações semelhantes e de outras histórias catastróficas; o testemunho de diferentes descendentes-escritores induziu em mim a mesma injunção de colocar em palavras sua dolorosa recepção, para abolir a agudeza de uma leitura por demais crua, para reduzir o domínio, pela repetição, do texto primordial interdito de todo comentário, mas que na realidade eu me permiti hoje comentar pela primeira vez diante de vocês sem dúvida para poder, enfim, esquecê-lo.

REFERÊNCIAS

- Altounian, J. (2000). *La survivance: Traduire le trauma collectif*. Paris: Dunod.
- Altounian, V. (2003). Terrorisme d'un génocide. In Altounian, J., *Ouvrez-moi seulement les chemins d'Arménie: Un genocide aux déserts de l'inconscient* (2^a éd., pp. 84-99). Paris: Les Belles Lettres.

⁸ Ver em *Ouvrez-moi seulement les chemins d'Arménie*, *op. cit.*, e a segunda parte de *La survivance. Traduire le trauma collectif*, *op. cit.*, e *Colloque Cerisy sur l'exil* (a ser publicado) além dos testemunhos dos armênios, Michael Arlen (*Embarque para Ararat*), Martin Melkonian (*Le miniaturiste*), do poeta Sarafian (*Le Bois de Vincennes*), o de Andrômaca evocando o destino de seu filho em Racine, de Annie Ernaux (*La Place, Une Femme, La Honte*), de Eva Thomas (*A violação do silêncio*), de Jean Améry (*Par-delà le crime et le châtement*), Camus (*Le premier homme*), Pachet (*Autobiographie de mon père*), Handke (*Le malheur indifférent*) de Ruth Klüger (*Refus de témoigner*) e de Aharon Appelfeld (*Histoire d'une vie, L'Amour soudain*).

- Bion, W. R. (1982). Attaques contre les liens. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 25, 285-298.
- Camus, A. (1994). *Le premier homme*. Paris: Gallimard.
- Certeau, M. de (1973). *L'absent de l'histoire*. s.l.: Mame.
- Certeau, M. de (1975). *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard.
- Certeau, M. de (1987). *Mystique et psychanalyse* [Cahiers pour un temps]. Paris: Centre Georges Pompidou.
- Ferenczi, S. (1985). *Journal clinique*. Paris: Payot.
- Freud, S. (2000). Leçons d'introduction à la psychanalyse. In S. Freud, *Oeuvres complètes de psychanalyse* (Vol. 14). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1915-1916).
- Hatzfeld, J. (2000). *Dans le nu de lavie: Récits dès marais rwandais*. Paris: Seuil.
- Kaës, R. (1993). Le sujet de l'héritage. In R. Kaës, *Transmission de la vie psychique entre générations*. Paris: Dunod.
- Michelet, J. (1998). *L'histoire de France au Moyen Age* (Vol. 6, cap. 3). Paris: Robert Laffont.
- Pachet, P. (juillet 1994a). L'acte d'émigrer. *Le Cahier d'Antigone à Grambois*, p. 94.
- Pachet, P. (1994b). *Autobiographie de mon père*. Paris: Autrement.
- Umbyeyi, S. (2000). 34 ans. In J. Hatzfeld, *Dans le nu de la vie: Récits dès marais rwandais* (pp. 226-227). Paris: Le Seuil.
- Winnicott, D. W. (1969). Psychose et soins maternels. In D. W. Winnicott, *De la pédiatrie à la psychanalyse* (pp. 98-108). Paris: Payot.
- Winnicott, D. W. (1975). La crainte de l'effondrement. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 11, 35-44.

SUMMARY

Terror and forgetting: literature as a rescue of the father's figure

Based on the records of a genocide survivor the author works on the traits of terror transmitted to his descendents. She shows that to preserve his life the trauma unconsciously transmitted to his son provokes an avoidance characterized by a rupture of bonds that weave his affections and it will later repeat in the next generations as a symptom of an apparent forgetfulness or a blank memory. It still shows as a follow up, that the literature may restore the affective and textual weave which has been broken.

Key words: Trauma. Terror. Genocide. Forgetting. Literature.

RESUMEN

Terror y olvido: la literatura como salvación de la figura del padre

A partir del registro diario de un sobreviviente de genocidio, la autora trabaja la transmisión de rasgos de terror a sus descendientes. Muestra cómo, para preservar la supervivencia, el trauma transmitido inconscientemente termina por provocar en el hijo, una evitación, caracterizada por la ruptura de los vínculos que tejen los afectos y que, mas tarde, se repetirá la historia generacional por el síntoma de un aparente olvido, una "memoria blanca". Muestra, además, como en el après-coup, la literatura puede restituir el trauma afectivo y textual que estaba roto.

Palabras-clave: Trauma. Terror. Genocidio. Olvido. Literatura.

Tradução de Alice Paes de Barros Arruda.

Janine Altounian
E-mail: Janine.altounian@free.fr

Recebido em: 10/03/2007
Aceito em: 03/04/2007